

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Mulheres Negras](#)
- [Opinião](#)
- [Cultura](#)

Apresentação

A **70ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

16 dias de ativismo e a sua importância para o fim da violência de gênero

Os 16 dias de ativismo se trata de uma campanha mundial pelo fim da violência contra as mulheres que se inicial no dia 25 de novembro, dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, e vai até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.^[1]

A primeira edição internacional da campanha iniciou-se em 1991 quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL) iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres do mundo.^[2]

Neste ano a ONU (Organização das Nações Unidas) Mulheres criou o tema “Leave No One Behind: End Violence against Women and Girls” para reforçar o compromisso de com um mundo livre de violência para todas as mulheres e meninas do mundo, com ênfase nas mais desatendidas e marginalizadas, incluindo refugiadas, migrantes minorias, população indígena e populações afetadas por conflitos e desastres naturais (tradução livre)^[3].

Lorena Pereira Santin Jardim

Membro colaboradora do NUDEM

^[1] <http://www.compromissoeatitude.org.br/16-dias-de-ativismo-uma-mobilizacao-mundial-pelo-fim-da-violencia-de-genero/>

^[2] <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/take-action/16-days-of-activism>; <http://www.onumulheres.org.br/noticias/na-redes-sociais-onu-mulheres-e-juliana-paes-convidam-sociedade-governo-e-empresas-para-mobilizacoes-nos-16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>

^[3] Leave No One Behind: End Violence against Women and Girls” reinforces the UNiTE Campaign’s commitment to a world free from violence for all women and girls around the world, while reaching the most underserved and marginalized, including refugees, migrants, minorities, indigenous peoples, and populations affected by conflict and natural disasters, amongst others, first.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito& Sociedade

A batalha de uma estudante transexual rejeitada pela escola em Fortaleza

Aluna teve matrícula de 2018 negada, segundo a mãe. Após protesto nas redes, colégio se desculpa

Lara, de 13 anos, nasceu menino, em Fortaleza, capital do Ceará, mas ao longo dos anos começou a se identificar com o gênero feminino. Durante sua transição, teve o apoio dos pais, dos amigos e inicialmente da escola. Esse primeiro acolhimento, no entanto, se tornou uma batalha diária na instituição em que estuda depois que ela assumiu publicamente ser trans.

Apesar de a coordenação do colégio ter sido receptiva para auxiliá-la no que fosse preciso a partir da sua decisão, Lara percebeu que alguns direitos básicos passaram a não ser respeitados. "Sempre tinha que ir ao banheiro escondida, porque se me vissem indo ao banheiro de mulher, eles falavam algo ou me pediam para ir no exclusivo da coordenação. Por quê? Não faz sentido", conta a adolescente ao EL PAÍS. A instituição tampouco respeitou o pedido de que se adotasse seu novo nome social, algo que é

garantido por lei, e continuou colocando o nome civil - masculino- em todos os documentos da aluna: provas, boletins, listas de presença. "Às vezes, me sentia tão magoada que entrega.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Pesquisadora identifica 3 tipos de feminicídio: doméstico, sexual e provocado por aborto

Um levantamento de dados feito pela demógrafa Jackeline Aparecida Ferreira Romio, em pesquisa na Unicamp, identificou três tipos de feminicídio, ou seja, três tipos de mortes de mulheres por questão de gênero: feminicídio doméstico (no espaço da residência); reprodutivo (mortes de mulheres por aborto); e sexual (quando a morte decorre da violência sexual).

Com a classificação, a pesquisa reconhece a criminalização do aborto e a falta e assistência médica à mulher como uma forma de feminicídio. A pesquisadora utilizou dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, entre 2009 e 2014. Nesse período, metade das mulheres mortas por agressões no Brasil foi assassinada dentro da própria casa.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Como o futebol alimenta a cultura do estupro e menospreza a violência contra mulheres

Além de Robinho, outros jogadores já se envolveram em casos de estupro, agressão doméstica e feminicídio, mas mantiveram prestígio e portas abertas nos clubes. A condenação de Robinho a nove anos de prisão pela Justiça italiana, que entendeu que o ex-atacante de Milan e Real Madrid teria participado do estupro coletivo de uma mulher albanesa em 2013, logo gerou repercussões em seu clube atual, o Atlético Mineiro. Durante o treino desta quinta-feira, a sentença ao atacante foi o assunto mais comentado na Cidade do Galo.

Robinho recusou-se a dar declarações, mas divulgou uma nota nas redes sociais em que volta a negar seu envolvimento no crime. O jogador ainda pode recorrer em duas instâncias e, por enquanto, não corre risco de ser preso, nem mesmo em caso de condenação definitiva, já que a Constituição brasileira impede a extradição de cidadãos nascidos no país. Depois do treinamento com a equipe atleticana, Robinho tirou fotos com crianças que visitavam a Cidade do Galo e deixou o campo em silêncio. Ao comentarem a notícia nas redes sociais, muitos torcedores saíram em defesa do atacante.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Feminicida terá que devolver o benefício previdenciário recebido

Um termo de cooperação entre órgãos do Sistema da Justiça e a Advocacia-Geral da União (AGU) vai facilitar o ressarcimento ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dos gastos com pensões concedidas como consequência de ato de violência doméstica.

O processo de ressarcimento ocorrerá quando ficar comprovado que a agressão fez com que a mulher se tornasse incapaz ou quando o homem for seu assassino. O acordo foi assinado na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), durante seminário internacional para combate à violência doméstica, promovido pelo CNMP e União Europeia. A ministra Cármen Lúcia, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi representada pela juíza auxiliar da Presidência Andremara dos Santos, no evento.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Especial Múltiplas visões sobre o estágio de efetivação da Lei Maria da Penha

Considerada um marco legal jovem, desde 2006 a Lei Maria da Penha desafia profissionais que atuam nos serviços a transformarem a si mesmos, suas instituições e a sociedade para coibir, prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Além de garantir direitos, a Lei nº 11.340 traça o caminho para uma política pública Inter setorial que ofereça respostas em múltiplas frentes, tanto para que as mulheres sejam acolhidas e fortalecidas para romper o ciclo de violência, quanto para a desconstrução de discriminações e desigualdades de gênero.

Em sua 14ª edição, este *Informativo* lançou um mesmo convite para representantes de instituições parceiras da *Campanha Compromisso e Atitude* envolvidas na efetivação dos diferentes aspectos da Lei nestes seus 11 anos de vigência: que realizassem um balanço dos avanços e desafios e apontassem, a partir do seu lugar de atuação, as prioridades e perspectivas no horizonte, em artigos ou entrevistas exclusivas para esta publicação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Jurisprudência

Justiça autoriza interrupção de gravidez de feto com má-formação

A Justiça gaúcha concedeu a interrupção de gravidez de 16 semanas. A ação, em caráter de urgência, foi analisada pelo Juiz da 1ª Vara do Júri do Foro Central, Orlando Faccini Neto. O magistrado concedeu a liminar com base em laudos médicos e exames que destacaram a gravidade do desenvolvimento do feto, bem como a saúde física e emocional da gestante.

Durante uma viagem, a gestante sentiu-se mal passando a ter fortes tonturas, dores e sangramento. Após realizar ultrassom obstétrico com Doppler, detectou-se má formação do feto. No exame foi diagnosticado derrame pericárdico (coração), anatomia vascular alterada (contando apenas com uma artéria e uma veia), rins e bexigas não identificados, além de formação alterada de membros do corpo. Preocupada, ao chegar na Capital, a autora buscou realizar diversos exames que também sinalizaram riscos no desenvolvimento do feto somados, ainda, à redução contínua do líquido amniótico. Um dos exames esclarece sobre a importância do rim do feto para a produção do líquido amniótico.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Suspensa decisão que rejeitou denúncia de lesão corporal contra mulher após retratação da vítima

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar na Reclamação (RCL) 28387 para suspender decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que rejeitou denúncia de crime de lesão corporal contra uma mulher em razão da retratação da vítima. Em análise preliminar do caso, o ministro

verificou que o ato atacado afronta decisão do Supremo que assentou a natureza incondicionada da ação penal em casos de crime de lesão praticado contra a mulher no ambiente doméstico.

Na RCL, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) narra que o TJ-RJ manteve decisão do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca de Petrópolis (RJ), que considerou que a ação penal estaria sujeita à representação da vítima. Segundo explicou o MP-RJ, o juízo de primeira instância aplicou, para o crime de violência doméstica, o disposto no artigo 88 da Lei 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), que condiciona a ação penal pública para os crimes de lesão corporal leve e culposa à representação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Homem indenizará ex-amante por divulgar intimidades do casal

O juízo também constatou que houve ameaças e ofensas contra a mulher.

O 2º JEC de Linhares/ES condenou um homem a indenizar a ex-amante, em danos morais, após divulgar mensagens com intimidade do casal, persegui-la e ameaçá-la. O valor indenizatório foi fixado em R\$ 9 mil.

Segundo a vítima, o casal manteve relacionamento por cinco anos e, após o término, o homem começou a proferir ameaças de morte e ofensas, denegrindo sua imagem, além de compartilhar intimidades do casal no ambiente de trabalho. Em defesa, o ex-amante alegou que após o rompimento ela teria passado a persegui-lo, ameaçando contar a

sua companheira. Contou, ainda, que em nenhum momento atentou contra a integridade física da vítima ou denegriu sua imagem, e que tampouco expôs sua intimidade a terceiros, pedindo pela improcedência da ação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Legislativo em Foco

Avança projeto que criminaliza 'vingança pornográfica'

O registro ou divulgação, não autorizada, de cenas da intimidade sexual de uma pessoa, a chamada “vingança pornográfica”, será crime punível com reclusão de dois a quatro anos, mais multa. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara ([PLC 18/2017](#)), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que segue em regime de urgência para o Plenário.

A proposta altera a Lei Maria da Penha ([Lei 11.340/2006](#)) e o Código Penal ([Decreto-Lei 2.848/1940](#)). Originalmente ela estabelecia pena de reclusão de três meses a um ano, mais multa, pela exposição da intimidade sexual de alguém por vídeo ou qualquer outro meio. O texto alternativo [substitutivo] apresentado pela senadora Gleisi Hoffman (PT-PR) ampliou essa pena de reclusão para dois a quatro anos, mais multa.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Comissão aprova projeto que restringe aborto até em caso de estupro

Placar leva PEC para o plenário da Câmara. Caso seja aprovada definitivamente, a interrupção da gravidez será totalmente proibida no Brasil

Apenas uma deputada entre 19 parlamentares votou contra PEC 181/2011, que insere na Constituição a proibição do aborto em todos os casos, inclusive os já previstos hoje pela legislação brasileira, como nos casos de estupro ou de risco de morte para a mãe. A votação ocorreu na tarde do dia 8.

Após o placar de 18 x 1 na comissão especial formada para analisar o caso, a PEC segue para o plenário da Casa, onde deverá ser apreciada em dois turnos. Só a deputada Érika Kokay (PT-DF) votou contra a medida. Durante as quase quatro horas de discussão, deputados da oposição tentaram adiar a votação da proposta. A deputada Erika Kokay (PT-DF) apresentou questão de ordem argumentando que o parecer do relator, Jorge Mudalen, trata de tema estranho à proposta original.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Lei nº 16.732, de 1º de novembro de 2017

(Projeto de Lei nº 390/17, da Vereadora Adriana Ramalho – PSDB). Institui o Programa Tempo de Despertar, que dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens, e dá outras providências.

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de outubro de 2017, decretou e eu promulgo a seguinte lei: Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de São Paulo o Programa Tempo de Despertar, que trata sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência e grupos reflexivos de homens nos casos de violência doméstica contra as mulheres na cidade de São Paulo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Internacional

América Latina é a região mais violenta do mundo para mulheres

De acordo com o relatório da ONU Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o fenômeno de agressão a mulheres persiste apesar da aprovação de leis severas para freá-lo na região. A região que abarca América Latina e Caribe é a que tem maior índice de violência contra as mulheres no mundo, uma situação que é mais crítica na América Central e no México, destaca um relatório da ONU apresentado no Panamá.

De acordo com o relatório da ONU Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o fenômeno de agressão a mulheres persiste apesar da aprovação "O tema da violência contra a mulher na América Latina é crítico. É a região mais violenta do mundo contra as mulheres fora de um contexto de guerra", declarou à AFP Eugenia Piza-López, líder da equipe de gênero do PNUD para a América Latina. de leis severas para freá-lo na região.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos

Se vivemos uma quarta onda do feminismo, esta é “tipicamente latino-americana”, afirma a especialista em gênero e uma das criadoras do movimento argentino Ni Una Menos, Cecília Palmeiro: “Nossas palavras de ordem, “nem uma a menos”, foram traduzidas e usadas na Coreia e na Polônia. Estamos travando diálogo com os movimentos feministas em todos os continentes para trocar experiências e aprender umas com as outras”.

Palmeiro se refere à Greve Internacional de Mulheres do último 8 de Março – também denominada Paro Internacional de Mujeres (PIM) e International Women’s Strike (IWS) –, aderida por mais de 55 países. “Se nossas vidas não importam, produzam sem nós”, foi o mote do movimento. “Não houve um país latino-americano que não aderiu à Greve Geral e ao Paro Interacional de Mulheres. Estávamos todas ligadas nas mesmas questões, crescemos muito com esse diálogo e conseguimos ampliar vozes que não tinham um lugar privilegiado no feminismo.”

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

ONU concederá financiamento de até U\$S 1 mi para projetos de combate à violência contra mulher

Até 5 de dezembro, o Fundo Fiduciário da ONU para Eliminar a Violência contra a Mulher recebe propostas de organizações da sociedade civil para projetos de prevenção e erradicação de violações. As solicitações devem requerer um valor de 50 mil a 1 milhão de dólares para ações a serem realizadas num período de três anos. Serão priorizadas as solicitações de financiamento de instituições que defendem os direitos das mulheres, de organizações dirigidas por mulheres e de pequenas entidades de mulheres. Com esse público-alvo, a seleção espera reconhecer a capacidade desses organismos de atuar como força motriz rumo ao fim da violência. As propostas devem considerar as três áreas programáticas da estratégia 2015-2020 do Fundo Fiduciário da ONU:

Melhorar o acesso de mulheres e meninas a serviços multissetoriais essenciais, seguros e adequados para acabar com a violência de mulheres e meninas;

Aumentar a efetividade da legislação, políticas, planos de ação nacional e sistemas de prestação de contas, com a finalidade de prevenir e acabar com a violência contra as mulheres e meninas;

Melhorar a prevenção da violência contra as mulheres e meninas por meio de mudanças de conhecimentos, atitudes e práticas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agências da ONU divulgam nota sobre PEC 181/15

Agências das Nações Unidas no Brasil manifestaram no dia (19) preocupação com a eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181/15 que, segundo as instituições, em seus termos atuais acarretará em maior risco para a saúde de mulheres e meninas.

A declaração foi divulgada em comunicado assinado por Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres, Escritório da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil (OPAS/OMS) e o Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Segundo as agências, a iniciativa original da PEC 181/15 de ampliar os direitos de licença maternidade às mães de filhos prematuros é meritória e consolida a posição de respeito à mulher e ao planejamento familiar na Constituição brasileira.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Igualdade de sexos no trabalho só será alcançada em 217 anos, diz relatório

A desigualdade entre homens e mulheres voltou a crescer este ano, pela primeira vez após uma década de avanços constantes em matéria de igualdade entre sexos, informou o Fórum Econômico Mundial (WEF). O relatório anual do WEF sobre a igualdade entre homens e mulheres envolve 144 países e analisa a situação entre sexos nas áreas de trabalho, educação, saúde e política. O estudo avalia que mantido o ritmo atual, as desigualdades entre homens e mulheres no trabalho persistirão até 2234 (por mais 217 anos), quando no ano passado a previsão era de 170 anos para se atingir este objetivo.

Pelo quarto ano consecutivo se ampliou o abismo entre sexos na área trabalhista, um retrocesso ao nível de 2008, assinala o relatório. Globalmente, o ano de 2017 "marca um retrocesso após uma década de avanços lentos, mas constantes em matéria de melhoria da igualdade entre os sexos, com a distância em escala mundial crescendo pela primeira vez desde a publicação do primeiro relatório, em 2006".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres ganham 16% a menos do que os homens na Europa

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para o mundo, a ser alcançado até 2030. No entanto, ainda está longe de ser realidade. A pesquisa Eurobarômetro 2017, faz pela Comissão Europeia e divulgada esta semana, mostrou que ainda há trabalho a fazer em prol da igualdade entre homens e mulheres na Europa.

O Eurobarômetro é uma ampla pesquisa de opinião pública, realizada na União Europeia (UE) desde 1973 e abrange uma grande variedade de temas, como meio ambiente, segurança, direitos humanos e economia, entre outros. Apesar de muitos países da UE terem melhores indicadores de igualdade de gênero, quando comparados a países pobres e em desenvolvimento, a pesquisa mostrou que temas como a diferença salarial, por exemplo, ainda têm que melhorar.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Nacional

Brasil cai para a 90ª posição em ranking de igualdade entre homens e mulheres

No relatório do ano passado do Fórum Econômico Mundial, país ficou no 79º lugar em lista com 144 países. Desigualdade de gêneros voltou a crescer no mundo após 10 anos de avanços.

O Brasil caiu para a 90ª posição em ranking do Fórum Econômico Mundial que analisa a igualdade entre homens e mulheres em 144 países. No ano passado, o Brasil ficou no 79º lugar. Em 2015, havia ficado na 85ª posição. Na primeira edição da pesquisa, feita em 2006, o Brasil estava em 67º.

Segundo o relatório Global Gender Gap Report 2017, divulgado apesar de igualdade de condições nos indicadores de saúde e educação e de "modestas melhorias" em termos de paridade econômica, as mulheres brasileiras ainda enfrentam acentuada discrepância em representatividade política, o que empurra o índice do Brasil para baixo. Mais especificamente, as brasileiras sofrem com baixa participação em ministérios e no Legislativo, e salários mais baixos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Com 131 mortes de janeiro a outubro, Campinas tem maior nº de vítimas de homicídio em sete anos

Índice é o maior em comparação com o mesmo período dos últimos 7 anos. Aumento reflete as três chacinas ocorridas em 2017, com 21 mortes no total.

Campinas registrou, de janeiro a outubro de 2017, o maior número de vítimas de homicídio doloso em comparação com o mesmo período dos últimos 7 anos, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP). O balanço apontou 131 pessoas assassinadas, o maior índice registrado no período desde 2011 pela Polícia Civil. Os números refletem as três chacinas ocorridas em janeiro e outubro que, juntas, somaram 21 mortes. O levantamento se refere aos dez primeiros meses do ano de 2011 a 2017. Os dados referentes aos crimes registrados em novembro serão divulgados em dezembro pela secretaria.

O número de vítimas de homicídio também subiu 42,3% nos dez meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2016, quando a cidade registrou 92 vítimas. Os registros de assassinato também tiveram alta de 25% e passaram de 113 para 90, já que em algumas situações o homicídio é registrado uma vez, mas tem mais de uma vítima, como é o caso das chacinas. Dos últimos sete anos, 2016 foi o que teve menor índice de vítimas de homicídio, com 92, seguido de 2015 (108) e 2011 (114). Em 2010, a Polícia Civil do município registrou 138 pessoas assassinadas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A legislação patriarcal sobre o corpo feminino

No século 21, controle sobre o corpo das mulheres continua assentado numa legislação masculina e misógina, que busca reduzi-las a instrumento passivo e subtrair-lhes a possibilidade de decisão própria.

Os acontecimentos recentes no país demonstram que a maioria dos homens insiste em não reconhecer os privilégios herdados socialmente pela brutalidade do patriarcado. Insistem em negar o argumento lúcido das mulheres que se esforçam para lançar luz sobre o sofrimento causado pela cultura machista. Para tal, utilizam argumentos rasos decorados em cartilhas de cronistas conservadores e posicionamentos absurdos, revestidos com o verniz de opinião. Trata-se, contudo, de um movimento social recorrente na história, aqui denominado como *a legislação patriarcal sobre o corpo feminino*.

A palavra “legislação” está sendo utilizada não somente circunscrita ao campo jurídico, mas em seu sentido amplo, significando um conjunto de normas e leis que, se não são constitucionais, são religiosas, culturais e dizem respeito ao *modus operandi* de determinado grupo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

25 de novembro é dia de combate à violência contra a mulher

Mês também marca nove anos do assassinato de Raquel Genofre, em Curitiba, que continua impune. Este sábado, 25 de novembro, marca o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Em todo o mundo, iniciativas de movimentos sociais e feministas buscam reduzir o quadro alarmante da violência doméstica: de acordo com o Ministério da Saúde, 47 mil brasileiras foram vítimas de feminicídio nos últimos dez anos. Dentre estas, 74% são pretas ou pardas. Novembro também marca nove anos de um crime hediondo, que permanece sem solução.

Em 2008, a pequena Raquel Genofre foi encontrada morta na rodoferroviária de Curitiba, depois de desaparecer ao sair da escola. Seu corpo, que jazia seminu dentro de uma mala, apresentava sinais de violência sexual e estrangulamento. Ela tinha oito anos de idade. “Desde então, em todo mês de novembro, retornamos à rodoferroviária para homenagear Raquel e exigir justiça. Esse caso não pode ser esquecido”, protesta a professora Juliana Mittelbach, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Auto Cuidado Na Rede

A Guia Prática de Estratégias Táticas para a Segurança Digital Feminista é a base da campanha que a Universidade Livre Feminista, o CFEMEA-Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Marialab e Blogueiras Negras e SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia construíram para dialogar com mulheres, especialmente as ativistas, e

coletivos feministas sobre segurança digital. A campanha lançada juntamente com a Guia durante o 14º Encontro Feminista da América Latina e Caribe (EFLAC), em Montevideu, no dia 24 de novembro, às 16h, faz parte das discussões levantadas por essas parceiras-desde 2016- sobre segurança de ativistas, autocuidado e proteção na rede.

Como reação a nossa crescente ocupação do ambiente digital, ativistas e coletivos feministas que se destacam por sua atuação na internet também passaram a sofrer com a vigilância e diversas manifestações de violência. Nós, mulheres, estamos sujeitas a diversos tipos de violências e na internet não é diferente. Nas ruas, em casa, no trabalho, nos movimentos, nossos corpos são alvo de assédio, estupro, racismo, lesbofobia, transfobia e criminalização. Apesar da ocupação desse espaço pelos feminismos, ainda discutimos pouco as violências a que estamos sujeitas nele e que vêm se intensificando cada vez mais.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Link para baixar o Guia: [clique aqui](#)

Movimentos pelos direitos das mulheres: fortes, mas com batalhas pela frente

Como se fosse uma versão de tijolos da campanha #EuTambém, a parede pintada de uma organização de mulheres na Nicarágua faz denúncias com suas mensagens. As inscrições na parede externa do *Colectivo de Mulheres de Matagalpa* contam as histórias de violência contra mulheres: nomes de acusados, descrições dos assédios e muito mais. Em um país com altos níveis de violência de gênero, repressão contra a sociedade civil e reduzido financiamento a grupos de mulheres, fazer isso é arriscado.

Mas a organização nicaraguense é corajosa. O trabalho de suas mulheres ilustra um tipo de ação local que está no coração de movimentos globais pelos direitos das mulheres, pela igualdade de gênero e pelo fim da violência. Esses movimentos são fortes, mas ainda enfrentam muitas batalhas. Hoje, no [Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher](#), observamos os altos e baixos do ano de 2017.

As Marchas das Mulheres em todos os continentes estimularam cerca de cinco milhões de pessoas a saírem às ruas para exigir igualdade e o fim da violência. Milhões de pessoas publicaram histórias de assédio e abuso sexual com a hashtag #EuTambém, levando a pedidos de desculpas importantes, demissões e pressão por reforma legislativa. Ativistas e movimentos se uniram para lutar contra formas de discriminação interseccional. Desde líderes feministas históricas até ativistas recém-engajadas, pessoas ocuparam as ruas e os corredores de prédios públicos para exigir mudanças.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres realizam “inauguração popular” da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo

Objetivo da atividade foi simbolicamente colocar o equipamento público em funcionamento e protestar contra descaso da prefeitura e do governo federal em relação às políticas públicas para mulheres em situação de violência.

“A violência contra mulher não é o mundo que a gente quer. E abre alas que as mulheres vão passar. Nosso lugar não é no forno, nem no fogão. O nosso fogo é o fogo da revolução”, cantavam as mulheres que ocuparam, a Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo (SP).

A ação durou pouco mais de 24 horas e teve como objetivo chamar a atenção de gestores/as públicos/as e da sociedade. O equipamento público é uma iniciativa do governo Dilma e está pronto desde novembro de 2016. Sua inauguração estava prevista para este ano, mas encontra-se fechado, com mato crescendo e sem vigilância no entorno.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres sem teto ocupam espaço em SP para criar casa de acolhimento feminino

Na madrugada dessa sexta-feira o MTST ocupou um novo espaço na Zona Leste para criar uma base de apoio e acolhimento a mulheres que sofreram agressões ou maus tratos.

A ação inaugura, hoje, um novo tipo de ocupação. No 25 de Novembro, dia internacional de combate à violência contra a mulher, a luta pela moradia se expande e passa a ocupar o direito à vida das mulheres.

“Todos os dias, nós, mulheres, temos nosso corpo, nossa mente, nossa intimidade, nossa história violentada por homens frutos de uma sociedade machista que estimula a desigualdade de gênero e fecham os olhos à violência que sofremos” afirma um trecho do manifesto publicado pelas ocupantes, autodenominadas “Mulheres Sem Medo”.

A localização da ocupação é na rua Augusto Cavalcanti, 34 – COHAB José Bonifácio. O movimento convoca todas e todos a participar das atividades e fazerem doações.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres Negras

“Eu, mulher negra, estou cansada”

Comemoramos mais um Dia da Consciência Negra. Mais uma vez, sem nada para comemorar, porque enquanto os movimentos negros celebram as vidas e lutas de Zumbi e Dandara (entre tantos outros), brancos e brancas debocham de suas lutas seculares. Continuamos a tratar o racismo como se não fosse problema nosso. Mas o racismo que afeta os homens e especialmente as mulheres negras é sim problema nosso. E é nossa obrigação repensar todos os dias como nos beneficiamos dele – e mudar essa situação. Para falar com muito mais propriedade sobre o que é conviver com o racismo, convidei a estudante Nairim Bernardo. A leitura é imperdível:

Eu, mulher negra, estou cansada

Eu queria escrever um texto que trouxesse muitos dados sobre o quão racista o mundo e o Brasil são. Uma matéria que agradasse a militância negra e ao mesmo tempo fizesse as pessoas brancas refletirem sobre seus privilégios. Um texto em que eu conseguisse explicar com clareza o quanto o racismo explícito e o velado podem prejudicar a vida de uma pessoa. Mas talvez eu não consiga. Já adianto que estou bem cansada.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Após dois anos da marcha, mulheres negras continuam mobilizadas contra racismo

“Inesquecível”. Assim Ana Carolina, gerente de Programas da ONU Mulheres, resume o dia 18 de novembro de 2015. Naquela data, 50 mil mulheres negras ocuparam a Esplanada dos Ministérios, com cabelos em estilo afro, turbantes, palavras de ordem, bandeiras e, sobretudo, histórias de vida marcadas pela resistência ao racismo. Diante

de um Congresso Nacional com baixíssima representatividade dessa população – na Câmara dos Deputados, foram eleitas apenas duas negras na atual legislatura –, a Marcha das Mulheres Negras reivindicou reconhecimento, protagonismo e uma nova sociedade.

A ideia de organizar a marcha surgiu em 2011, durante o Fórum Afro XXI. O encontro celebrava o Ano Internacional dos Afrodescendentes, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2009. Uma das idealizadoras da mobilização, Nilma Bentes, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), relembra que a iniciativa foi sendo fomentada em conversas entre diferentes organizações. Anos depois, a pauta foi definida: Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Quantas obras escritas por mulher negras você já leu?

A pergunta lançada no título parece simples, mas torna-se preocupante quando percorremos os olhos pelas nossas prateleiras de livros lidos. Indo além: denuncia a extensão da problemática que, infelizmente, transita pelas nossas estantes. A visibilidade da produção literária de mulheres negras é ainda baixa, mesmo hoje, com uma recente mudança de perspectiva do mercado editorial quanto à publicação dessas autoras e também do público leitor quanto a sua recepção. Contudo, muito antes deste movimento de reconhecimento, escritoras negras já faziam história sendo precursoras em seus caminhos pela literatura; elas enfrentaram a opressão da sociedade, foram contra o discurso vigente e, no processo, ganharam prêmios nunca antes dados a elas. Historicamente, as mulheres negras vêm produzindo literatura, apesar das barreiras estruturais. Pensando nisso, preparamos uma lista com exemplos de livros de escritoras negras que, de algum modo, foram pioneiras em suas trajetórias.

Úrsula, de Maria Firmina dos Reis

A escritora maranhense Maria Firmina dos Reis publicou seu romance Úrsula anonimamente em 1859: ela foi a primeira escritora negra do Brasil e a primeira autora de romance abolicionista em toda a língua portuguesa. De acordo com Eduardo de Assis Duarte, pesquisador de literatura afro-brasileira, a indicação de autoria feminina e o

tratamento inovador dado ao tema da escravidão foram dois dos principais elementos que deslocaram a figura de Maria Firmina dos Reis para o esquecimento na literatura brasileira, que, por muito tempo, manteve um crivo machista e racista na nomeação de seu cânone. A escritora foi também a fundadora da primeira escola mista e gratuita do estado, tendo lutado ativamente pela educação e pela igualdade racial e de gênero.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Gritaram-me negra. Respondi com um sorriso

Façam um exercício de olhar quem dirige a produção e que papéis são destinados às mulheres negras. Quem pode fazer filmes e criar imagens sobre as mulheres negras? Essa é uma pergunta que vez ou outra ouço e que poderia responder que todas as pessoas podem. No entanto, como mulher negra, prefiro perguntar de volta: quem precisa fazer filmes sobre mulheres negras?

Uma pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apontou que apesar de as mulheres negras serem cerca de 30% da população brasileira (segundo a Pesquisa Nacional de Domicílio, PNAD, de 2015), elas representam apenas 4% do elenco dos filmes analisados entre 1995 e 2016. No período de 21 anos, em mais de 200 filmes nacionais de grande bilheteria, nenhum teve uma mulher negra como diretora ou como roteirista.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres negras acumulam piores indicadores sociais no Brasil

Em relação às mulheres brancas, pretas ou pardas são mais pobres, têm menos oportunidade e estão sem perspectiva de mobilidade social.

São Paulo – As **mulheres negras** acumulam os piores indicadores sociais no Brasil. Os números apontam que elas são as mais pobres, as que têm menos oportunidades, que ganham menos e vivem em uma situação de, praticamente, nenhuma mobilidade social. "As dificuldades de gênero são maiores, mas a mulher negra, em uma pirâmide social, está na base, então a dificuldade de ascender é maior", afirma a ativista e museóloga Rafaela Caroline.

De acordo com o Disque 180, as mulheres negras representam 58,8% das vítimas em casos de violência doméstica. Elas também são 65,9% das que sofrem com a violência obstétrica, como aponta a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Já o Ministério da Saúde mostra que elas morrem mais em decorrência do parto: são 53,9% dos casos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mortes de mulheres no Brasil têm raça e classe definidas, dizem pesquisadores

"Violência no Brasil é um fenômeno social articulado a partir do racismo e do patriarcado", diz Bruna Pereira. Uma mulher foi assassinada a cada duas horas em 2016 no Brasil. É o que diz o levantamento feito pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado no final de outubro. Em números absolutos, 4.657 mulheres perderam a vida no país. Apesar disso, apenas 533 casos foram classificados como feminicídios mesmo após uma lei de 2015 obrigar registrar mortes de mulheres dentro de suas casas, com violência doméstica e por motivação de gênero. Embora não traga o recorte de raça e classe por falta de base de dados, outras pesquisas e estudos apontam que o assassinato de mulheres negras e pobres é o mais recorrente.

Para Bruna Cristina Jaquette Pereira, pesquisadora visitante da Universidade de Berkeley, na Califórnia, nos Estados Unidos, a ausência dos dados ajuda a sociedade a negar as desigualdades fundamentais relacionadas a gênero, raça e classe.

"Nós percebemos que a violência no Brasil não é um fenômeno que atinge a todas da mesma forma, muito pelo contrário, ela se constrói como um fenômeno social articulado em torno de gênero e raça, ou seja, a partir do racismo e do patriarcado", diz.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

“Como esse cara me convenceu de que eu era tonta? ”: o abuso machista que ninguém parece ver

Os especialistas atendem cada dia mais casos do abuso psicológico de gênero chamado gaslighting: muito sutil e difícil de compreender para amigos e familiares e para as autoridades. Marina é o nome fictício —a seu pedido expresso— de uma mulher de 37 anos que durante dois anos sofreu maus-tratos psicológicos por parte de seu namorado. Concretamente, uma forma de abuso conhecida como gaslighting. Trata-se de um abuso sutil, manipulador, mediante o qual se desgasta a autoestima e a confiança da mulher em si mesma a ponto de anulá-la, de tal vítima quase nunca tem consciência de estar sendo abusada. Ou, pelo menos, não como se entende geralmente o termo, já que não há uma agressão clara. Simplesmente, quanto tudo é colocado em dúvida, tudo se discute e seus pontos de vista são sempre menosprezados, a mulher vai se fechando em si mesma. Trata-se também, conseqüentemente, de uma forma de abuso muito difícil de explicar para a vítima e ainda mais complicada de denunciar.

Marina conta: “Ele discutia sobre tudo. Tudo colocava em dúvida. Até as coisas que não têm discussão, como meu estado de espírito ou meus sentimentos. Tudo era um exagero meu, uma invenção ou uma paranoia. Tudo estava em minha cabeça, então acabei acreditando. Acabei acreditando que era eu que não estava à altura e, para não

continuar decepcionando-o, me calava. Parei de opinar, parei de responder e simplesmente de me expressar. Fiquei completamente anulada como pessoa e ele tinha controle total sobre mim”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Vida das mulheres é moeda de troca no Congresso, diz médico sobre aborto

Por 40 dias, o ginecologista Jefferson Drezzet acompanhou à distância uma vigília contra o aborto em frente ao hospital Pérola Byington, em São Paulo, onde trabalha. No mesmo período, fez 40 interrupções legais de gravidez.

"Não foi de propósito. Mas não reagimos a nenhum tipo de pressão", diz o médico, que há 26 anos coordena o principal serviço de atendimento, no SUS, a mulheres vítimas de estupro que buscam aborto permitido por lei. Se os protestos fora do hospital não assustam, o mesmo não vale para projetos que avançam no Congresso e que visam endurecer as regras contra o procedimento. É o caso, por exemplo, da PEC 181, aprovada em comissão especial na Câmara.

Para ele, a iniciativa, que altera a Constituição para determinar que a vida "começa na concepção", pode colocar o Brasil na lista de países mais conservadores do mundo e aumentar o aborto clandestino. "É um projeto que prefere a mulher morta a realizar o aborto legal."

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Judith Butler, o MBL e o fim da democracia

Nada confirma mais os tempos obscuros, a obtusidade e a desinformação de certos setores da direita brasileira que protestaram no último dia 27 contra a presença da filósofa norte-americana Judith Butler no Brasil para participar do seminário *Os Fins da Democracia*, em novembro, no Sesc Pompéia, em São Paulo. Nem mesmo a própria professora de Berkley sequer entendeu a reação à sua presença. Em *e-mail* trocado para acertar essa entrevista com o *Extra Classe*, Judith diz que até queria ter contato com os autores do manifesto contra a sua presença para pedir aos mesmos que leiam o programa do seminário, expresso no próprio site do Sesc São Paulo. Afinal, ela estará aqui não como palestrante, conforme alegam, mas como a principal pesquisadora de um trabalho que reúne intelectuais que estudam o campo da teoria crítica (International Consortium of Critical Theory – UC Berkeley e Departamento de Filosofia da USP). “Isto está claramente indicado no site do Sesc.

Nunca foi suposto eu ser uma palestrante no Sesc e não serei”. Judith Butler, de fato, é uma espécie de organizadora do evento, tendo convidado vários estudiosos internacionais para discutir o “O fim da democracia”. Por ironia, o ex-ator de filmes pornográficos Alexandre Frota (que briga na Justiça pela marca MBL) e membros do autointitulado Movimento Brasil Livre (MBL) continuam dando sua contribuição ao “fim da democracia”, tema principal do debate que traz Butler ao Brasil. A pesquisadora aproveitará sua vinda ao Brasil para divulgar seu mais recente livro *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo* (Ed. Boitempo) em que, ao mesmo tempo que reafirma sua própria cultura judaica, critica as posições do seu país no conflito Israel-Palestina. O que demonstra que o foco sobre as teorias de gênero acerca de sua visita é mais um equívoco causado por desinformação dos que se manifestaram contra sua presença no país.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Gênero é uma lente sobre o mundo', diz editora em função pioneira

A jornalista Jessica Bennett assumiu o cargo de editora de Gênero do jornal norte-americano "The New York Times", uma pioneira na função. Autora premiada, publicou "Feminist Fight Club (HarperCollins, 2016)", espécie de manual de sobrevivência para as mulheres em locais de trabalho sexistas. Por e-mail, ela disse estar animada para trabalhar com pessoas de todas as editorias do "NYT" para ajudar a criar e compartilhar reportagens a partir da ótica de gênero.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Entrevista Silvia Pimentel: Direito, discriminação e a importância do debate sobre gênero na atualidade

Em entrevista à *Agência Patrícia Galvão*, a professora e pesquisadora Silvia Pimentel destaca a importância do debate sobre gênero nas universidades – e na educação de um modo geral –, que para ela é ainda mais fundamental neste momento em que se multiplicam ações de grupos fundamentalistas em busca de retrocessos no campo dos direitos das mulheres.

Com longa trajetória associada à luta pela efetivação de direitos no Brasil e no mundo, Silvia Pimentel teve atuação decisiva para importantes conquistas neste campo em diferentes níveis. Além de professora de Filosofia do Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cumpriu dois mandatos (2011 e 2012) como presidente do Comitê CEDAW e realizou importantes trabalhos como integrante do Comitê de expertas que acompanha o cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês). Silvia Pimentel foi, por exemplo, a coordenadora dos trabalhos que resultaram na Recomendação Geral

33 do Comitê, que realiza uma análise minuciosa sobre o significado de acesso à justiça para as mulheres e reúne os principais obstáculos a serem superados para garantir os direitos de mulheres e meninas, além de apontar caminhos nesse sentido.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres encarceradas e a dificuldade de aceitar que presa também é gente.

Atualmente temos a triste realidade onde as pessoas enchem a boca para dizer com orgulho que "bandido bom é bandido morto". Trata-se, sobretudo, de um discurso de ódio reproduzido por quem não tem interesse em pensar além do senso comum.

É fácil despejar palavras odiosas nas redes sociais. Mais fácil ainda é ignorar a reação causa-efeito de uma sociedade adoecida que empurra cada vez mais seres humanos celas adentro. Principalmente se estes seres humanos forem mulheres. Aproximadamente 34 mil mulheres estão em condições de privação de liberdade no Brasil. Estão povoando e se amontoando nos presídios pelas mais diversas causas (algumas nem tão diversas assim, já que aproximadamente metade delas adentram no mundo do crime em função do tráfico de drogas e através de seus companheiros).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“Mulheres não denunciam, porque chegar a julgamento é quase pior que o estupro”

Leslee Udwin, autora de documentário sobre estupro censurado na Índia, vê na educação a chave contra os abusos sexuais

Ela entendeu tudo quando entrevistou os estupradores: “Não são monstros, estão programados”. A cineasta e educadora britânica Leslee Udwin lançou em 2015 o documentário sobre um estupro coletivo que provocou comoção mundial e levou às ruas milhares de pessoas na Índia. Uma estudante de fisioterapia de 23 anos, Jyoti Singh, foi estuprada por cinco homens num ônibus de transporte público que continuou seu percurso pelas ruas de Nova Déli enquanto ela era atacada. Um deles lhe arrancou as vísceras. Ela morreu no hospital dias depois.

Pelo documentário, A Filha da Índia (título original India’s Daughter) —no qual falam os pais da vítima, familiares dos condenados, advogados, autoridades policiais e judiciárias e um dos condenados— Udwin ganhou diversos prêmios, como o Peabody Award, norte-americano, e o Anna Lindh de Direitos Humanos no Parlamento sueco. Foi escolhida pelos leitores do jornal The New York Times como a segunda mulher mais impactante de 2015, atrás de Hillary Clinton.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

11 Mulheres que escreveram durante a Revolução Russa

A Boitempo lançou este ano o livro “A Revolução das Mulheres – emancipação feminina na Rússia soviética”, organizado por Graziela Schneider Urso. Com panfletos, atas, ensaios e artigos (alguns inéditos) traduzidos do russo para português, o livro traz a voz de 11 mulheres que pensaram a sua época.

“Os primórdios das manifestações de autoras russas a respeito da condição feminina começam a se evidenciar em escritos das décadas de 1830 e 1840, significativos em seu papel na formação de novas ideias. Já os anos 1850 podem ser considerados um marco na primeira onda do feminismo russo. O movimento avançou durante a segunda metade do século XIX, com as organizações e publicações inaugurais de mulheres, e atingiu seu ápice no início do século seguinte, em especial entre 1905 e 1917, com a intensa participação delas em mobilizações, congressos e protestos, até sua consolidação em meados dos anos 1920. Não é que antes disso as mulheres não escrevessem nem que depois suas manifestações tenham cessado, mas é a partir da década de 1850 que a expressão feminina se torna mais manifesta.” (Graziela Schneider, PAG 11). Muitos desses textos escritos há 100 anos, abordam tabus ainda atuais na nossa sociedade, como o aborto, a luta de classes, a política e as outras inúmeras formas de opressões.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Contrariando estigmas, mulheres ocupam espaço em bandas de rock de Brasília

Conheças os grupos em que elas atuam como vocalistas, baixistas e bateristas

Durante muito tempo, o rock ficou estigmatizado como algo ligado à figura masculina, muito por conta do estereótipo de rebeldia, que sempre foi mais associado ao homem. Isso se refletiu na falta de mulheres nas bandas predominantes do estilo musical no mainstream. No Brasil, os principais nomes femininos do gênero ainda são poucos, se comparados com os homens. “A gente percebe que 95% das bandas não têm mulher e as que têm, contam, no máximo, com uma ou duas. Não só aqui, mas no mundo. Passei por uma pesquisa árdua para encontrar referências de vocalistas mulheres em bandas de rock no Brasil e não temos muitos nomes. Pesquisei a fundo e, se achei 20 bandas, foi muito”, lembra Louise Boeger, vocalista da banda Matamoros.

Louise é uma das mulheres que têm ocupado espaço no cenário roqueiro de Brasília. Assim como ocorre mundialmente, os grupos mais conhecidos da cidade são formados apenas por homens. Mas isso não quer dizer que não existam mulheres fazendo parte do rock brasileiro. Em algumas bandas da cidade, elas são vocalistas, baixistas, bateristas e violonistas e influenciam o som e o discurso dos grupos. O Diversão & Arte apresenta a seguir algumas dessas mulheres, que, por meio de seus grupos, derrubam os estereótipos roqueiros.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

O livro que conta a história do Brasil pela trajetória de mulheres extraordinárias

Lançada em novembro de 2017, a obra apresenta a biografia de 44 personalidades femininas notáveis, frequentemente apagadas

Entre os temas ensinados aos jovens brasileiros no ensino básico, estão, por exemplo, a fase inicial da colonização, a resistência dos quilombos à escravidão e a Inconfidência Mineira. Nessas aulas, porém, os alunos ouvem falar pouco ou nada da ativista de ascendência indígena Madalena Caramuru, que viveu no século 16, da guerreira quilombola Dandara ou da inconfidente Hipólita Jacinta de Melo.

Na literatura, estudam romances de José de Alencar e de outros autores do Romantismo, mas não são informados da existência de Maria Firmina dos Reis, autora de “Úrsula”, um dos primeiros romances de autoria feminina do Brasil, primeiro de autoria negra e primeiro escrito ficcional de cunho abolicionista. Outras, como Anita Garibaldi, são mencionadas, mas quase sempre à sombra de seus companheiros homens.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.def.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br